



PREFEITURA MUNICIPAL  
**SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**

É tempo de realizar

**PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 058/2023**

**EM 02 DE JANEIRO DE 2023.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a CPL (Comissão Permanente de Licitação), para o exercício de 2023, composta de 05 (cinco) membros.

Art. 2º - Fica determinado que a comissão seja na seguinte distribuição:

**COMISSAO:**

**Helder de Lima Freitas - Presidente**  
**Adalgênia Ferreira da Silva - Membro**  
**Damião Rodrigues dos Santos Junior - Membro**  
**Talita De Sousa Coelho – Suplente**  
**Josefa Gerlania Rodrigues da Silva - Suplente**

**RESOLVE AINDA**

Nomear os servidores abaixo indicados para no mesmo período exercerem as funções de **PREGOEIRO** e respectiva **EQUIPE DE APOIO**, com vista a procederem à realização de licitações em todas as suas modalidades promovidas por esta Edilidade.

**Pregoeiro Oficial: Helder de Lima Freitas**

**Equipe de Apoio: Adalgênia Ferreira da Silva**

**Damião Rodrigues dos Santos Junior**


**Talita de Sousa Coelho – Suplente**

**Josefa Gerlania Rodrigues da Silva - Suplente**

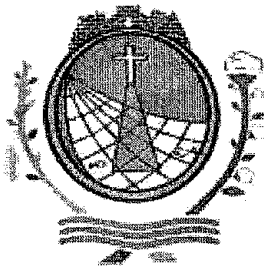
Art. 3º - Determina que na ausência do presidente e pregoeiro as referidas funções sejam exercidas por Adalgênia Ferreira da Silva.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba, em 02 de Janeiro de 2023.

  
**SANBOVAL VIEIRA LINS**  
 Prefeito Constitucional

## ESTADO DA PARAIBA



SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB

**DIÁRIO DO TEMPO**  
**JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB**  
 CRIADO PELA LEI Nº 64 DE 25 DE JUNHO DE 1977  
São José de Piranhas, em 03 de Janeiro de 2023 – EDIÇÃO EXTRA

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 058/2023

EM 02 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

## RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a CPL (Comissão Permanente de Licitação), para o exercício de 2023, composta de 05 (cinco) membros.

Art. 2º - Fica determinado que a comissão seja na seguinte distribuição:

## COMISSAO:

**Helder de Lima Freitas** - Presidente  
**Adalgênia Ferreira da Silva** - Membro  
**Damião Rodrigues dos Santos Junior** - Membro  
**Talita De Sousa Coelho** – Suplente  
**Josefa Gerlania Rodrigues da Silva** - Suplente

## RESOLVE AINDA

Nomear os servidores abaixo indicados para no mesmo período exercerem as funções de **PREGOEIRO** e respectiva **EQUIPE DE APOIO**, com vista a procederem à realização de licitações em todas as suas modalidades promovidas por esta Edilidade.

**Pregoeiro Oficial:** *Helder de Lima Freitas*

**Equipe de Apoio:** *Adalgênia Ferreira da Silva*

*Damião Rodrigues dos Santos Junior*

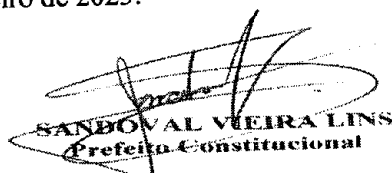
*Talita de Sousa Coelho* – Suplente

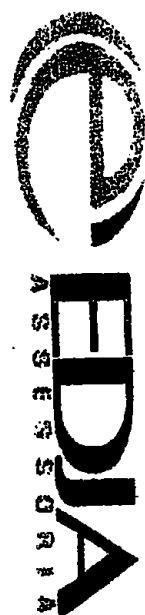
*Josefa Gerlania Rodrigues da Silva* - Suplente

Art. 3º - Determina que na ausência do presidente e pregoeiro as referidas funções sejam exercidas por Adalgênia Ferreira da Silva.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Piranhas, Estado da Paraíba, em 02 de Janeiro de 2023.

  
**SANDOVAL VIEIRA LINS**  
 Prefeito Constitucional



# Certificada

Edja Consultoria & Assessoria Ltda. CNPJ Nº 08.520.434/0001-24, certifica que

*Helder de Lima Freitas*

Participou com sucesso do Curso de Licitações e Formação de Pregoeiro na cidade São José de Piranhas, Estado da Paraíba, realizado pela Prefeitura Municipal de São Jose de Piranhas-PB, no período de 18 á 20 de Abril de 2018, com carga horária de 24 horas/aula.

Patos - PB, 20 de Abril de 2018.

*Edjaneide de Lima Freitas*

Sócia Administradora/Instrutora

EDJA CONSULTORIA E ASSASSORIA LTDA. RUA DA SERRA, 100 - JARDIM BELLA VISTA - PATOS - PB - CEP: 56200-000

<p><b>MÓDULO I – LICITAÇÃO LEI 8.666/93</b></p> <p>CONTEUDO PROGRAMÁTICO</p> <p>1-O QUE É LEI?</p> <p>2-PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.</p> <p>3-PRINCÍPIOS IMPLICITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>4- INTERESSE PÚBLICO</p> <p>5-PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO</p> <p>6-CONCEITO DE LICITAÇÃO</p>	<p>04 – PREGÃO E SUAS FORMAS, QUANDO POSSO USAR? VEDAÇÕES E PERMISSÕES</p> <p>05- PREGÃO: QUANDO É OBRIGATÓRIO? COMO IMPLANTAR?</p> <p>06- O QUE É PREGOEIRO?</p> <p>07-O QUE COMPETE AO PREGOEIRO?</p> <p>08-EQUIPE DE APOIO- O QUE É? O QUE COMPETE A EQUIPE DE APOIO?</p> <p>09- FASE EXTERNA E FASE INTERNO DO PROCESSO</p> <p>10- PRAZOS DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES;</p> <p>11- EDITAL E TERMOS DE REFERENCIA – CONCEITOS, QUEM ELABORA? ELEMENTOS ESSENCIAIS</p>
<p>7- O QUE É LICITAR?</p> <p>8- PORQUE LICITAR?</p> <p>9- COMO LICITAR?</p> <p>10- COMISSÕES DE LICITAÇÕES</p> <p>11- TABELA DAS MODALIDADES E LIMITES, TIPOS DE LICITAÇÃO</p> <p>12- CONVITE, TOMADA DE PREÇOS - CONCEITOS</p> <p>13- CADASTRO FORNECEDORES</p> <p>14-CONCORRÊNCIA, CONCURSO, LEILÃO – CONCEITOS</p> <p>15- FASE EXTERNA</p> <p>16- FASE INTERNA</p> <p><b>MÓDULO II – ENFOQUE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO</b></p> <p>01- PREGÃO – CONCEITO, BASE LEGAL</p> <p>02-SÃO CONSIDERADOS BENS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA?</p> <p>03 – NÃO SÃO CONSIDERADOS BENS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA?</p>	<p>12- IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO;</p> <p>13-A SESSÃO DE PREGÃO TEM BASICAMENTE AS SEGUINTE FASES: Credenciamento; Recebimento dos envelopes; Análise das Propostas a luz do edital; Seleção para lances; Lances; Negociação, Aceitação da proposta;(art. 5º, XI da Lei 10.520/02); Análise e Julgamento habilitação; Declaração do vencedor; Recurso; Elaboração Ata;</p> <p>14 – O QUE É ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO</p> <p>15 – CONTRATO – CONCEITO</p> <p>16- ADITIVOS;</p> <p>17 – PRINCIPAIS FALHAS EM LICITAÇÕES</p> <p><b>MÓDULO III – EXCEPCIONALIDADE A REGRA DE LICITAR -1 – Licitação Dispensada (art. 17 art.17, I, II, §2 e §4º Lei nº 8.666/93) 2- Dispensa de Licitação (art. 24, Lei nº 8.666/93); 3- Inexatidão de Licitação (art. 25, Lei nº 8.666/93);</b></p> <p><b>MÓDULO IV – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</b></p> <p>1- CONCEITOS</p> <p>2- ADESÕES –FIGURA CARINA</p> <p>3- PROCEDIMENTOS</p>

edj@consultoria@terra.com.br